

Pedido de Estudo Jurídico

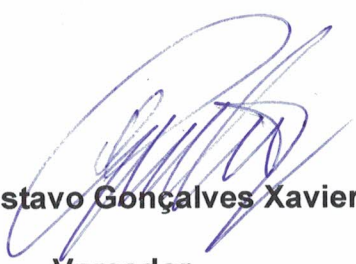
Solicito a elaboração de estudo jurídico acerca da viabilidade de apresentação de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo Municipal que tenha por objeto a proibição da comercialização de fogos de artifício com estampido no âmbito do município de Andradadas.

O estudo deverá analisar, especialmente:

- A **competência legislativa do município** para tratar da matéria, à luz do art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal;
- A possibilidade de **iniciativa parlamentar** (vereador) para esse tipo de proposição, verificando eventual vício de iniciativa;
- O entendimento do Supremo Tribunal Federal, em especial o **Tema 1.127 de repercussão geral**, que trata da constitucionalidade de leis municipais que restringem fogos com estampido;
- Os limites da atuação municipal frente à legislação federal (como normas sobre produção, comércio e fiscalização de produtos controlados);
- A necessidade (ou não) de prever **sanções, fiscalização e regulamentação pelo Poder Executivo**, e se isso impacta a iniciativa do projeto;
- Riscos jurídicos de eventual **inconstitucionalidade formal ou material**;
- Sugestões de **modelagem legislativa mais segura** (ex: proibir uso vs. proibir comércio; exceções; competência de fiscalização).

Encaminho, como subsídio, Projeto de Lei do Município de Guaxupé, que trata de matéria semelhante, para análise comparativa e aproveitamento técnico.

O objetivo do presente estudo é garantir segurança jurídica para eventual proposição legislativa, evitando vícios e assegurando sua constitucionalidade e efetividade.



Luiz Gustavo Gonçalves Xavier

Vereador